

# Ato nesta quarta lança frente parlamentar em defesa do BRB

**E**m parceria com a deputada distrital bancária Erika Kokay (PT), o Sindicato convoca os bancários para o ato de lançamento da frente parlamentar em defesa do BRB público, que será realizado nesta quarta-feira 28, às 15h30, na Câmara Legislativa do DF (CLDF).

A exemplo da mobilização para a audiência pública ocorrida na CLDF em setembro, é necessário o esforço das dependências do banco para organizar a liberação expressiva de bancários ao evento desta quarta. "Não basta a iniciativa isolada de um parlamentar ou do Sindicato, todos os funcionários têm que participar", convoca o diretor do Sindicato Antonio Eustáquio.

Na ocasião, o Sindicato entregará aos parlamentares documento manifestando sua posição por um BRB público e contrária à privatização, com subsídios técnicos elaborados pela subseção do Dieese sobre seus indicadores. "É mais uma contribuição do Sindicato no debate sobre o BRB, neste momento em que crescem as responsabilidades sobre a decisão de seu futuro", acrescenta André Nepomuceno, diretor do Sindicato.

Ao lado, o texto do manifesto de criação da frente parlamentar. As assinaturas dos deputados (já foram colhidas 15) não foram subscritas uma vez que ainda está em curso o trabalho de coleta de mais nomes em apoio à iniciativa.

## MANIFESTO DE CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO BRB

Os Deputados Distritais que subscrevem o presente Manifesto, profundamente preocupados com as informações sobre a venda do BRB, que têm sido divulgadas pela imprensa diariamente, vêm a público lançar, nesta Casa de Leis, a FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO BANCO DE BRASÍLIA -BRB, por considerarem que o BRB é uma instituição que, ao longo dessas quatro décadas de sua existência, vem cumprindo um papel fundamental para o desenvolvimento do Distrito Federal.

Nós entendemos que, por ser patrimônio do povo do Distrito Federal, o BRB deve ser tratado como uma instituição do Estado e que não deve ser transferido para a iniciativa privada, pois os bancos privados têm como único objetivo a busca fácil e desenfreada pelo lucro, sem qualquer compromisso com a formulação ou implementação de políticas de crédito que possam contribuir para o fomento da economia local. Na nossa avaliação, o que é necessário, no momento, é a definição de um conjunto de medidas capazes de fortalecer o BRB e assegurar o seu caráter de banco público.

Permitir que o BRB venha a ser transferido para a iniciativa privada, seja pela venda direta, seja pela incorporação ou qualquer outra forma de alienação, é desconhecer o seu inegável papel dinamizador de geração de emprego e renda não apenas para a economia do Distrito Federal, mas também para todo o seu Entorno.

Mais grave, ainda, é contribuir de forma direta para que milhares de servidores do BRB sejam lançados ao aterrorizante mundo do desemprego, da informalidade e da incerteza sobre os dias futuros. Ninguém pode ignorar que o desemprego é o destino inexorável para a esmagadora maioria dos empregados do BRB em caso de sua privatização, como as experiências de fusão e incorporação de instituições financeiras têm demonstrado em nosso País em períodos recentes.

É importante ressaltar que a preocupação dos servidores do BRB com futuro da instituição aumentou ainda mais com a publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal, do último dia 19 de novembro, do Decreto nº 28.443, autorizando o BRB a contratar uma empresa para fazer a sua avaliação e também a da folha de pagamento do Distrito Federal.

Imbuídos, portanto, do propósito inarredável de lutar, por todos os meios possíveis e em todos os fóruns adequados, em defesa do BRB e pela sua preservação como banco público, é que vimos lançar a FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO BRB.

Brasília, 20 de novembro de 2007.

## ACORDO COLETIVO 2007/2008

# Sindicato cobra do BRB redação final

Passados mais de 40 dias da assembléia que aprovou a proposta, o BRB ainda não apresentou ao Sindicato a redação final do Acordo Coletivo 2007/2008 para assinatura. O Sindicato cobra agilidade por parte da direção do BRB.

Pelo Acordo, o banco deve constituir comissões

paritárias para discutir o Programa de Educação e PLR/PPR, cujas propostas devem estar prontas até 31 de dezembro. O Sindicato vê com preocupação a demora, e por conta disso cobra o texto final do acordo, bem como a constituição das comissões paritárias para discutir os assuntos em questão.

**O, BRB**  
**é nosso,**  
**é do DF.**



**Sindicato dos Bancários de Brasília**

